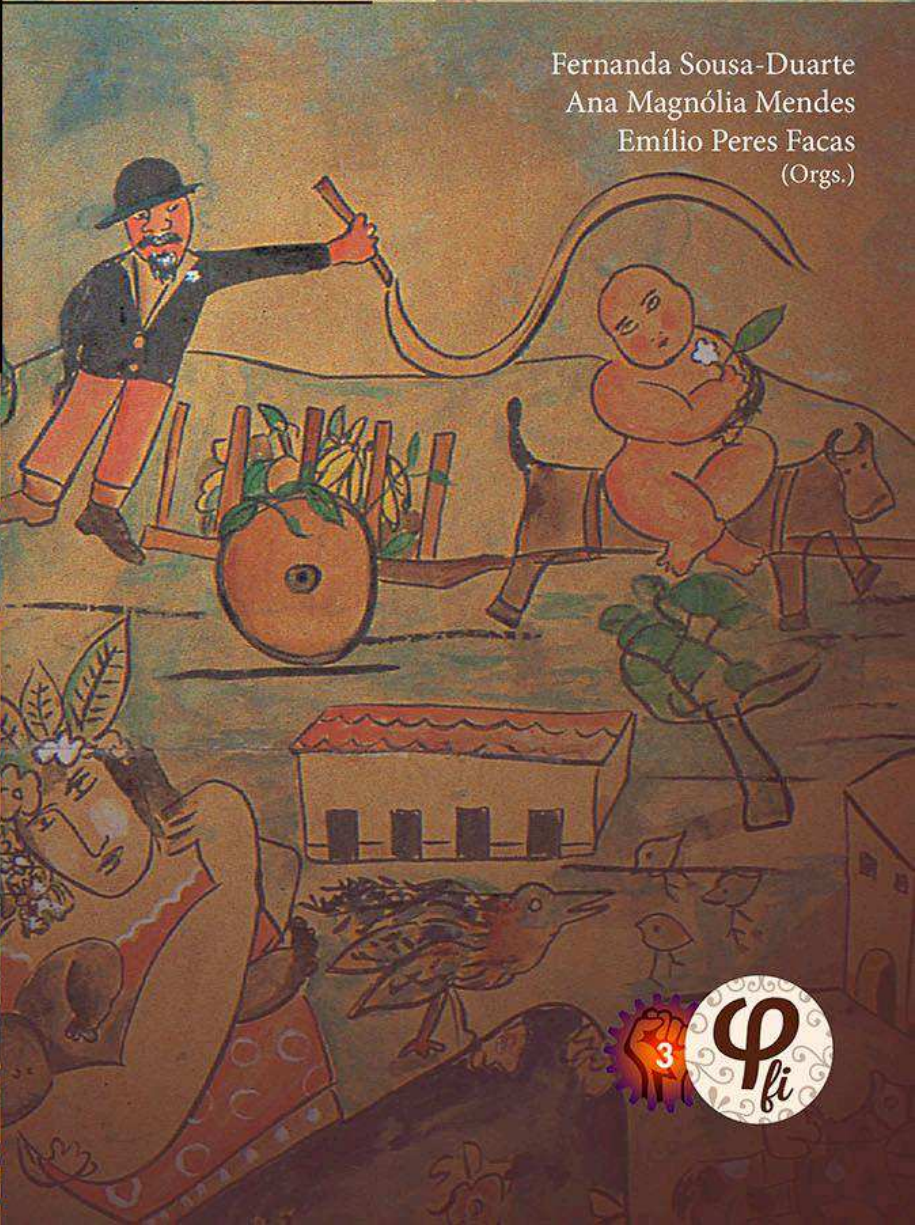


Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho

Fernanda Sousa-Duarte
Ana Magnólia Mendes
Emílio Peres Facas
(Orgs.)



Organizadores:

Fernanda Sousa-Duarte

Ana Magnólia Mendes

Emílio Peres Facas

**Psicopolítica e
Psicopatologia do
Trabalho**

Autores:

Ana Magnólia Mendes

Dominique Lhuilier

Emílio Peres Facas

Eric Hamraoui

Fernanda Sousa-Duarte

Jean-Michel Vivès

João Areosa

João Batista Ferreira

Patrick Brown

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Obra da capa: Cícero Dias. "Eu vi o mundo... ele começava no Recife", 1926-1929

Revisão de texto: Ana Paula Morais

Traduções e adaptações: Ana Paula Morais, Karla Candeia, Leonardo Milani, Lucas Lazzaretti e Renata Mattos Avril

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Transgressões: estudos sobre trabalho - 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs.)

Psicopolítica e psicopatologia do trabalho [recurso eletrônico] / Fernanda Sousa-Duarte; Ana Magnólia Mendes; Emílio Peres Facas (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

217 p.

ISBN - 978-65-5917-012-8

DOI - 10.22350/9786559170128

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalho; 2. Psicologia; 3. Sofrimento; 4. Assédio moral; 5. Pesquisa; I. Título II. Série

CDD: 331

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho 331

Capítulo 2

Por uma Psicopatologia Crítica do Trabalho

*Fernanda Sousa-Duarte*¹

Que Exu me conceda o dom da palavra!

Abdias do Nascimento

Trabalho e adoecimento são questões globais? Enquanto alguns países elencaram a COVID-19 como possível doença ocupacional, no Brasil, uma das primeiras redações da Medida Provisória 927 - que apresentou medidas trabalhistas para o enfrentamento do coronavírus (Medida Provisória n. 927, 2020) - enfatizou que a doença não poderia ser considerada como causada ou relacionada ao trabalho, engendrando debates jurídicos que perduram até o momento (Santos, Miranda & Monti Junior, 2020; Belmonte, 2020; Sturmer & Fincato, 2020; Zylberstajn, 2020; Santos, Pereira & Diniz, 2020). Nesse sentido, essa exacerbação dos fatores que permeiam desde ações políticas e organizacionais até ações individuais frente a um risco percebido nos remete a duas questões nos estudos sobre adoecimento e trabalho, de ordem ontológica e epistemológica, às quais as respostas têm implicações teóricas e metodológicas: a concepção de saúde e adoecimento mental é igual em diferentes países? E a isso que se concebe como adoecimento mental, o tratamento que lhe é destinado é o mesmo em regiões distintas?

Neste capítulo proponho a historicização da psicopatologia do trabalho enquanto fenômeno e abordagem teórico-metodológica como

¹ Pesquisadora colaboradora sênior no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - LPCT na Universidade de Brasília, Brasil. Coordenadora técnica do Projeto “Escuta clínica do trabalho bancário” no Sindicato dos Bancários de Brasília - SEEBB.

ponto de partida para uma virada decolonial² (Maldonado-Torres, 2011) nos estudos em trabalho. Para isso, dividirei o texto em três seções: 1) A loucura do trabalho? 2) O lado mais escuro do trabalho no Brasil e 3) Uma psicopatologia crítica do trabalho para uma Psicopatologia do Trabalho Crítica. Na primeira seção, apresentarei o estado da arte dos estudos em saúde/doença mental em relação ao trabalho, caracterizando tendências da produção brasileira sobre o tópico. Me voltarei particularmente para os usos da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil que, negligenciando grande parte do proletariado e do *lumpenproletariado* brasileiro, fomentaram abordagens teóricas e metodológicas eurocêntricas alheias à ontologia da psicopatologia do trabalho e à epistemologia da Psicopatologia do Trabalho.

Na segunda seção, tensionarei a relação passado-presente e argumentarei pela continuidade - e não ruptura - entre trabalho escravo e outras formas de trabalho contemporâneas no Brasil (trabalho assalariado, por servidão, análogo à escravidão), explicitando ecos da escravidão nas concepções de Psicopatologia do Trabalho não só como abordagem teórico-metodológica, mas também enquanto fenômeno, enfatizando a relevância de aspectos culturais e sociais na construção da abordagem e do fenômeno. Iniciarei explorando a tendência dos estudos brasileiros no desenvolvimento de pesquisas em trabalho partindo de conceitos eurocentrados de modernidade, trabalho, trabalhador e gestão. Contraporei essas tendências propondo a (re)consideração das relações entre modernidade e colonialidade e entre capitalismo e escravidão. Para isso, utilizarei amplamente os conceitos de capitalismo histórico e segunda escravidão (Marquese, 2004, 2013, 2020), capitalismo racial (Robinson,

² Optei por utilizar “decolonial” ao invés de “descolonial” ao longo do texto em consonância com Walsh (2009, p.14-15): “Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas”.

1983) e modernidade-colonialidade (Mignolo, 2011; Maldonado-Torres, 2008).

Na terceira e última seção, apresentarei as consequências de repensar pressupostos eurocêntricos no estudo do trabalho, dos trabalhadores e da saúde/doença mental no Brasil: a afirmação de que há “na loucura um clamor pela liberdade” (Noguera, 2020). A partir daí elaborarei a Psicopatologia Crítica do Trabalho, uma proposta teórica e metodológica para os estudos sobre adoecimento mental relacionados ao trabalho. Baseada na historicização do trabalho e da psicopatologia assim como na Psicanálise fanoniana (Gordon & Parris, 2018), enfatizarei, assim como Mendes (2018), a importância da clínica como meio para fomentar discussões epistemológicas, mas, sobretudo, ontológicas sobre a psicopatologia do trabalho enquanto fenômeno. Por fim, apresentarei minhas considerações finais e uma agenda de pesquisa.

A loucura do trabalho?

“Diz-se também que a pessoa normal é aquela que não cria dificuldades. Mas, então, os sindicalistas que reivindicam e que protestam são normais? Quais seriam os critérios de normalidade? Para alguns, o critério é o trabalho.”

Frantz Fanon

Trabalho e loucura têm trajetórias singulares que se entrecruzam em diversos momentos no curso da História da humanidade. Tanto trabalho quanto loucura foram e são objetos de interesse e estudo de filósofos e cientistas, fascinam e causam repúdio. As visões a respeito dos dois temas são dinâmicas, mas se constroem em torno de vivências de normalidade e desvio, de pertencimento e de exclusão. O grande paradoxo da doença (Augé, 1984) é também um grande paradoxo do trabalho: “tanto a mais individual quanto a mais social das experiências”. Entender a história da loucura é também entender a história do proletariado (Foucault, 1979).

O primeiro tratado de referência sobre as doenças dos trabalhadores foi publicado em 1700 por Bernardino Ramazzini - *De morbis artificum*

Diatriba. A obra de Ramazzini se destacou pelo interesse nos trabalhadores enquanto contingente populacional até então esquecido pela Medicina. Sua constatação da influência de fatores sociais na deterioração da saúde também foi pioneira, chegando a propor uma classificação de doenças relacionadas a diferentes trabalhos. Esse texto foi a referência para entender as relações trabalho-adoecimento entre médicos na Europa até o século XIX, quando, no capitalismo industrial, a ascensão da burguesia e a Revolução Industrial mudaram as perspectivas de trabalho e também de normal/patológico (Fairman, 2012).

A nova normalidade se associou à produtividade e à possibilidade de atender aos parâmetros de trabalho estabelecidos pelos donos dos meios de produção (Resende, 1987). Psicologia e Psiquiatria se engajaram em práticas nos locais de trabalho na época como a seleção de pessoal e o controle de saúde com o objetivo de promover a eficiência industrial (Jacques, 2007; Alves, 2015). Na Inglaterra, na década de 20, o *Journal of Psychiatry* conferiu o status de novas disciplinas à Psiquiatria Ocupacional, à Saúde Mental Ocupacional e à Psiquiatria Industrial. Nos Estados Unidos, na mesma década, Elton Mayo propôs intervenções para elevar a motivação dos trabalhadores baseando-se nas ideias de Taylor da divisão do trabalho e nas de Ford de aumento da cadência nas linhas de produção (Fairman, 2012).

Os estudos e as intervenções voltadas para a saúde dos trabalhadores permaneceram voltados para o aumento de produtividade até que na década de 50, dois importantes marcos de ruptura emergiram: 1) em 1952, quando Paul Sivadon utilizou o termo “psicopatologia do trabalho” pela primeira vez e 2) em 1956, quando Le Guillant e colegas (1956) publicaram na “*La Presse Medicale*” o que viria a ser um dos primeiros estudos contemporâneos de destaque sobre adoecimento mental e trabalho: “*La névrose des telephonistes*”, publicado em português no Brasil em 1984 sob o título “A neurose das telefonistas”. Os autores investigaram as relações entre características do trabalho e o tipo de perturbação apresentada por várias trabalhadoras de uma mesma categoria profissional, buscando

apontar relações de causa e efeito (Lima, 1998). O artigo marcou o movimento em direção à Psicopatologia do Trabalho como área de estudo na França nos anos 70 e 80. Vinculada à Psiquiatria Social, seus estudos buscavam compreender as mudanças nos modos de produção, de gestão e de adoecimento no trabalho face aos movimentos da industrialização.

No Brasil, o estudo das psicopatologias do trabalho tem sido largamente negligenciado (Sousa-Duarte et al., no prelo). O que predomina na escassa literatura sobre trabalho e saúde mental na Psicologia, disciplina que se apropriou dos estudos sobre o tópico no Brasil por via das Psicologia Organizacional e do Trabalho, são estudos sobre categorias claramente marcadas por uma visão biomédica de saúde/doença: estresse ocupacional, síndrome de *burnout*, prevalência de transtornos mentais comuns, consumo de substâncias, transtorno de estresse pós-traumático ligado ao trabalho (Oliveira, Silva & Sticca, 2018). Essa tendência reflete a hegemonia do modelo médico ainda hoje no estudo da saúde/doença do trabalhador no país, assim como as dificuldades da construção de modelos próprios da Psicologia sobre o processo saúde/doença relacionados ao trabalho (Spink, 2009).

Mas embora a Psicologia do Trabalho, área geralmente associada aos estudos sobre saúde mental relacionada ao trabalho, venha ora se apoiando em concepções biomédicas de saúde/doença que indicam aproximações com os pressupostos da Saúde Ocupacional (Sousa-Duarte, 2020), ora eufemizando ou evitando menções ao adoecimento ou aspectos psicopatológicos do trabalho (Fairman, 2012), há ainda uma diversidade de referenciais teóricos multidisciplinares concorrendo com a abordagem biomédica (Alves, 2015) e que se associam com a perspectiva de Saúde do Trabalhador (Lacaz, 2007). Entre esses referenciais estão a Psicodinâmica do Trabalho, abordagem teórico-metodológica proposta por Christophe Dejours, na qual a categoria “sofrimento psíquico” concorre com categorias amplamente estudadas em termos de saúde do trabalhador - como estresse ocupacional e transtornos mentais (Oliveira, Silva & Sticca, 2018).

A trajetória da abordagem no Brasil iniciou ainda nos anos 80 com a publicação da obra “Travail, usure mentale - essai de Psychopathologie du travail” (Dejours, 1980) sob o título “A loucura do trabalho” (Dejours, 1987). O livro se tornou referência entre quase todos os pesquisadores da saúde do trabalhador (Merlo & Mendes, 2009) e ainda hoje é relacionado à Psicodinâmica do Trabalho. No entanto, devemos observar que um sentido importante do título se perdeu em sua tradução. O título em francês significa, literalmente, “Trabalho, desgaste mental - ensaio de Psicopatologia do Trabalho”.

A proposta de Psicodinâmica do Trabalho vem, de fato, somente no fim dos anos 80/início dos anos 90, com o novo enfoque não só nas vivências de sofrimento, mas também nas de prazer no trabalho, assim como em considerações sobre “a construção da identidade do trabalhador” (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015). Dejours argumentou que a passagem da Psicopatologia do Trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho se sustentou na impossibilidade de estabelecer relações de causa-efeito entre organização do trabalho e distúrbios psíquicos (Lima, 1998). Assim, a Psicodinâmica do Trabalho objetiva apreender como os trabalhadores mantêm um equilíbrio psíquico diante de condições de trabalho precárias em ambientes hostis (Dejours, 2004), e tem seu foco direcionado para a compreensão da normalidade, e não mais da patologia.

Assim, ao adotar a Psicodinâmica do Trabalho no Brasil principalmente como aporte teórico, com uma tendência a abordar vivências de prazer e sofrimento (Merlo & Mendes, 2009; Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015), a psicopatologia do trabalho foi negligenciada não só como fenômeno, mas sobretudo como abordagem teórica distinta (Sousa-Duarte, 2020). A modernidade - ou suas variações - definida em parâmetros eurocêtricos é o contexto dos fenômenos do trabalho na Psicodinâmica, onde é dada grande ênfase às novas formas de organização do trabalho vinculadas aos modelos de gestão do taylorismo, fordismo e toyotismo. No Brasil, suas investigações têm majoritariamente se voltado para a compreensão do trabalho assalariado (Mendes, 2007; Merlo &

Mendes, 2009), alinhada à tendência da produção acadêmica em Psicologia do Trabalho (Oliveira, Silva & Sticca, 2018).

Além disso, há a descontextualização e a falta de conceitualização das categorias trabalho, sofrimento, saúde e doença. Essa são categorias tratadas de forma cada vez mais abstrata e pode-se dizer que a Psicodinâmica/Psicopatologia do Trabalho foi absorvida, majoritariamente, de forma acrítica e a-histórica no Brasil. Isso se reflete em pesquisas geralmente sobre trabalhadores urbanos empregados e assalariados - que estão longe de representar a demografia brasileira, a divisão racial do trabalho e sua racialização. Embora alguns trabalhos sobre escravidão contemporânea (Marinho & Vieira, 2019; Franco, Vieira & Rambaldi, 2020; Maciel & Ghizoni, 2020) e outras formas de organização social do trabalho (Sousa & Mendes, 2008; Ghizoni, 2013; Chabrawi, 2018) tenham sido realizados, os escassos estudos das relações entre trabalho e saúde/doença mental no Brasil se ancoraram, em sua maioria, em “loucuras” e “trabalhos” teorizados sobre os alicerces da modernidade definida pelo Norte Global.

O lado mais escuro do trabalho no Brasil

“Nessa leitura da modernidade, não são apenas os crimes da Europa iluminista que são apagados, mas também a centralidade do Atlântico negro. [...] Uma posição universal só pode ser alcançada se levarmos a sério a ‘avaliação da modernidade colonial’.”

Asad Haider

Como vimos na seção anterior, pode-se dizer que os estudos em trabalho no Brasil têm negligenciado “o lado mais escuro da modernidade” - a colonialidade (Mignolo, 2011) - e seu valor explicativo para o entendimento das relações de trabalho no país e, conseqüentemente, das psicopatologias do trabalho³. A proposição dejouriana, em si, não é a-

³ Aqui me refiro aos aspectos históricos da colonialidade, uma vez que o trabalho recente de Mendes (2018) tem explorado os aspectos discursivos do capitalismo-colonial na gênese de psicopatologias do trabalho.

histórica - e assim não podemos atribuir o caráter a-histórico da literatura brasileira na área especificamente às suas abordagens de Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho. Ao recordarmos os pressupostos e os modos de demonstração de sua tese em “A loucura do trabalho”, encontramos um exame da história da saúde do trabalhador francês. No entanto, para ele, essa história começa no século XIX frente ao desenvolvimento do capitalismo industrial que tem por consequências o crescimento da produção, o êxodo rural e o crescimento da nova população urbana (Dejours, 1987).

Porém, no contexto da modernidade-colonialidade do Brasil, ou de outros países colonizados, o que vemos é que a história da saúde do trabalhador - e de sua gestão - é datada de períodos anteriores. Nas Antilhas francesas e inglesas, reflexões sobre a administração dos trabalhadores escravos - e de suas doenças - surgem ainda no século XVIII, como demonstra Marquese (2004):

“Os manuais agrícolas antilhanos do período não se eximiram de tratar do assunto. Aliás, houve uma certa conjunção entre o saber médico da época e a teoria antilhana da administração dos escravos. O exemplo máximo disso foi o livro de Collins, cuja segunda parte cuidou exclusivamente das enfermidades dos negros. Em sua apreciação, nenhum outro aspecto do governo dos escravos havia sido mais negligenciado, ou abordado incorretamente, do que o tratamento dos enfermos. (...) Recomendava-se, portanto, que o proprietário ou o administrador da *plantation* supervisionasse de perto o tratamento dos enfermos. (...) Parte relevante da preocupação com a saúde dos cativos expressa pelos manuais agrícolas antilhanos voltou-se para a construção e a manutenção dos hospitais - leia-se enfermarias - das unidades rurais escravistas”. (p. 155)

No Império do Brasil, entre 1820 e 1860, uma teoria original sobre a gestão escravista foi erigida a partir das ferramentas conceituais da economia política por “porta-vozes das classes proprietárias de certas regiões do Brasil” (Marquese, 2004). Nessa teoria⁴, o “bom tratamento dos

⁴ É importante ressaltar que embora teoria(s) ilustrada(s) da administração do trabalho escravo no Brasil tenham existido, incluindo até mesmo pressupostos para o “bom tratamento” dos trabalhadores escravizados - com vistas ao

escravos” era defendido não mais com argumentos cristãos e morais, mas por razões políticas e econômicas (p. 302):

“O interesse dos senhores na questão [do “Bom tratamento dos escravos”] originava-se de um princípio da economia política: nos países vastos e despovoados, o recurso do trabalho forçado era uma necessidade imperiosa. Sendo o Brasil um desses países, e sem a possibilidade de recorrer de imediato à colonização estrangeira ou nacional, o único instrumento que cabia aos senhores era ‘promover a conservação da vida dos atuais escravos, e a sua reprodução. E como nenhum homem, embora seja escravo, pode viver, nem se reproduzir, achando-se em constante luta contra a fome, nudez, e miséria, é evidente o interesse, e grande interesse que tem hoje qualquer senhor em tratar bem da sua escravatura”.

Nesse sentido, para avançar nos estudos em trabalho, é preciso olhar para trás, reconsiderando o que é, de fato, a modernidade. De acordo com Mignolo (2011), a modernidade enquanto narrativa originada na Europa tende a exaltar seus triunfos e ocultar a colonialidade como elemento fundamental para a modernidade: “a colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade - não há modernidade sem colonialidade”. Para o autor, a “escravidão, a semisservidão, o trabalho assalariado, a produção de mercadorias simples” são formas de trabalho diversas que “coexistiriam e se organizariam com base no capital como fonte da produção de mais-valia pela venda de mercadorias por lucro no mercado mundial” que surgiu no século XVI na matriz colonial de poder. Essa coexistência e articulação em constante movimento foi denominada por Mignolo como um dos nós histórico-estruturais dessa matriz - junto com a racialização, característica fundamental da escravidão moderna (Marquese, 2020).

Ao reconsiderar a modernidade a partir dos nós histórico-estruturais que unem e dividem a modernidade e a colonialidade

aumento da produtividade, vale ressaltar - a mortalidade entre os que foram escravizados no Brasil era extremamente alta por diversas razões que incluíam a dificuldade de aclimação, dietas inadequadas, doenças, condições sanitárias precárias e a crueldade dos senhores na gestão do trabalho escravo (Robinson, 1983). Mais pode ser lido nos trabalhos já citados de Marquese (2004).

(modernidade/colonialidade), é preciso repensar as relações entre as diversas formas de trabalho. Em minha dissertação de mestrado (Sousa-Duarte, 2014), considerei a escravidão como parte da história da formação da classe trabalhadora brasileira com o objetivo de fomentar reflexões sobre a regionalização da Clínica do Trabalho no Brasil. À época, não lembro de ter encontrado outros trabalhos em Psicodinâmica do Trabalho no Brasil que contemplassem aspectos históricos sobre as relações entre trabalho escravo e trabalho “livre” no país mesmo que a ideia de que a história da escravidão é parte da história do trabalho e da classe trabalhadora não seja nova.

O sociólogo histórico W. E. B. Du Bois (1935/1998) acreditava que qualquer leitura descontextualizada e desatualizada de Marx seria provinciana, e assim ao reconstruir o Marxismo em seu livro “*Black Reconstruction in America*”, o autor circunscreveu a escravidão na formação do capitalismo como “a pedra fundamental não somente da estrutura social do Sul, mas da manufatura e comércio do Norte, do sistema de fábricas inglês, do comércio europeu, da compra e venda em uma escala mundial”⁵ (Du Bois, 1935/1998, p.5). Também Tomich (1992), anos depois, apontou que as contribuições da escravidão para a formação do trabalho assalariado eram negligenciadas na História. Para o historiador, a escravidão não foi um pressuposto histórico nem algo estranho ao capitalismo, mas “produziu e reproduziu os elementos da produção e da reprodução capitalista e mantém-se como condição para a reprodução ampliada do capital”.

No Brasil, Eisenberg (1983) - autor que assim como Du Bois (1935/1998) enfatizou o reconhecimento dos escravizados enquanto trabalhadores - ressalta que:

“Como em diversas outras sociedades agrícolas que usaram o trabalho escravo, quando se fala em transição para o trabalho livre, não se deve pensar

⁵ Tradução livre, no original lê-se: “the foundation stone not only of the Southern social structure, but of Northern manufacture and commerce, of the English factory system, of European commerce, of buying and selling on a world-wide scale” (Du Bois, 1935/1998: p.5).

numa conversão dramática, através da qual o escravo, isto é, um trabalhador que se supõe às vezes ser mero meio de produção, desaparece subitamente, para surgir em seu lugar um trabalhador que é dono de si, dono de sua própria capacidade ou força de trabalho” (p.55).

Ainda sobre a transição, Eisenberg (1983) pontuou seis semelhanças entre trabalho escravo e trabalho proletário na transição para o “trabalho livre” no Brasil: 1) a existência de ambos se funda na capacidade de produzir excedente; 2) a exigência de certa coerção inicial contra o trabalhador; 3) o direito de propriedade sobre o produto do trabalho; 4) a existência de “supervisão mais ou menos constante” do trabalho; 5) a ilusão quanto à “divisão entre o trabalho necessário para a sobrevivência do trabalhador e o trabalho excedente do qual o patrão se aproveita” e 6) a resistência do senhor/patrão para negociar melhores condições de trabalho. Nessa concepção, novamente, escravidão e capitalismo são inseparáveis.

Com a coexistência do trabalho escravo com outros regimes de trabalho, tratou-se de uma transição lenta marcada “apenas na letra” em diversas leis - como a do ventre livre, a dos sexagenários, a da proibição do tráfico negreiro internacional - no século XIX. “Apenas na letra” porque, no nascimento do Brasil Império, frente às pressões internacionais para o término do tráfico internacional de africanos, a escravidão foi atualizada pela Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (Constituição Política do Império do Brasil, 1824) - essa reconfiguração da escravidão no século XIX também é conhecida por segunda escravidão (Blackburn, 2016). Ainda que sem mencionar as palavras “escravo” ou “escravidão”, essa constituição regulou a escravidão a fim de reproduzi-la via tráfico transatlântico em uma obra de engenharia social em suas descrições deliberadamente não-racializadas em uma sociedade escravista racializada (Marquese, 2020).

Essa nova escravidão, não mais de um Brasil Colônia mas de um Brasil Império, reconfigurou também as funções daqueles que eram escravizados. Como lembrou Robinson (1983), o Brasil se tornou uma

sociedade escravista com níveis de dependência do trabalho africano - via escravização - incomparáveis. As consequências disso, cita o autor:

“De fato, o trabalho escravo era tão onipresente no Brasil nesses anos (1800-1850) que seus usos excediam de longe as funções elementares da produção material. A presença de escravos começou a invadir as mais sutis regiões da ‘ vaidade’ e do ‘vício’, provendo para a classe dos senhores ‘um certo prazer do comando e da autoridade’. (...) Agora o escravo era mais do que um objeto de luxo. (...) O escravo no século XIX no Brasil se tornou um item de vestimenta social e auto-apresentação, assim como uma fonte de energia que produzia a riqueza real da economia” (Robinson, 1983, p. 150).

Podemos, de maneira mais direta, tomar esse exemplo para pensar nos legados da escravidão no Brasil ao analisarmos as condições do trabalho doméstico hoje no país (Silva, Loreto & Bifano, 2017): altamente precarizado e desvalorizado, predominantemente ocupado por mulheres negras e pardas. Além disso, ter um empregado doméstico à disposição também informa o status do empregador. Assim, não podemos deixar de considerar algumas hipóteses sociológicas que apontam o extenso legado multidimensional da escravidão brasileira para a sociabilidade capitalista no Brasil, especialmente no Sudeste brasileiro⁶: “uma percepção rebaixada do trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro e mesmo do elemento nacional como trabalhadores, uma indiferença das elites quanto às maiorias pobres e uma hierarquia social extremamente rígida” (Cardoso, 2008, p.71). Aqui devemos prestar especial atenção à construção da ideia de trabalho, de trabalhadores - quem seriam os aptos para o trabalho assalariado no Brasil - e gestão da força de trabalho.

O trabalho, principalmente o manual, foi constantemente desvalorizado. O negro liberto e o “elemento nacional” - maioria da população do país - não eram considerados qualificados para o trabalho “livre”. Além de não-qualificados, também eram vistos pela “elite econômica em suas posições de poder, temerosa das maiorias

⁶ É preciso recordar sempre que, em suas dimensões continentais, a escravidão foi produzida de formas distintas em diferentes regiões do Brasil.

despossuídas (e desarmadas)” como “inimigos potenciais e tratados com violência desmedida quando se afirmavam na cena pública”, mantendo uma rígida hierarquia social e uma “estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres, num ambiente em que a pobreza generalizada era o parâmetro de toda a recompensa” (Cardoso, 2008, p. 88). Gonzalez (1979) aponta como resultado dessa dinâmica a divisão racial do trabalho no Brasil. O medo e a violência, nessa dinâmica, se tornaram ferramentas indispensáveis para a gestão do trabalho e argumentos morais e econômicos se tornaram, por vezes, intercambiáveis.

Assim, o que constatamos a partir dessas evidências históricas é que a administração do trabalho, embora não científica, já era teorizada muito antes da industrialização na Europa. Marquese (2004) argumentou ainda que os fundamentos das teorizações sobre a administração do trabalho industrial assalariado “foram os mesmos que tornaram possível a elaboração das teorias sobre a administração de escravos” (p.432). Pudemos constatar também ao longo da história da administração do trabalho escravo os processos de “seleção” a partir da definição de “tipos” ou “personalidades” dos africanos traficados para determinar em quais atividades seriam mais produtivos.

No caso da escravidão brasileira oitocentista é bastante evidente, em sua proposição de gestão do trabalho, “uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo” (Marquese, 2004, p.330) para criar uma comunidade de trabalhadores escravos idealizada pelos senhores - uma “sociologia do controle escravo” (Robinson, 1983, p. 152). No seio dessas teorias, sofisticadas proposições de organização do trabalho com vistas ao aumento da produtividade já existiam muito antes de Taylor e Ford terem nascido. Como vimos, tais teorias incluíram o controle não só do trabalho como também da saúde e da doença dos trabalhadores escravizados, com um legado persistente no mercado de trabalho brasileiro. Esses fatos todos nos levam a localizar o “início” da história da saúde do trabalhador - e do

trabalho e dos trabalhadores do capitalismo - alguns séculos antes da data proposta por Dejours (1987).

Uma psicopatologia crítica do trabalho para uma Psicopatologia do Trabalho Crítica

“O ‘Sambo’, o indivíduo dócil, submisso, aterrorizado, destruído pela onisciência da dor física e psicológica - com frequência esses homens e mulheres ficavam cada vez mais indiferentes ao espectro de punição e sofrimento, aos outros e a eles mesmos. Separação, a realização de que não tinham o direito ou o poder de resistir ao que deve ter sido, tão frequentemente, a retirada cruel ou arbitrária daqueles que realmente importam, também, deixou suas marcas particulares: ‘raivosos, abatidos, e tomados pelo luto, os escravos frequentemente nunca se recuperavam do choque da separação. Muitos se tornaram taciturnos e indiferente ao trabalho. Outros ficaram insanos, falavam consigo mesmos, e tinham alucinações com seus entes queridos. Alguns escravos desenvolveram tendências suicidas.’ [Blassingame].”⁷

Cedric Robinson

Uma das questões fundamentais em Psicopatologia do Trabalho - a qual a resposta de Dejours criou a ruptura que levou à Psicodinâmica do Trabalho - indaga sobre a relação entre trabalho e adoecimento mental: é possível identificar uma síndrome profissional, ou seja, um quadro sintomático específico que emerge entre trabalhadores de uma mesma profissão? Ao situar o trabalho escravo na origem da história do trabalho no capitalismo, reconhecendo os indígenas, africanos e seus descendentes escravizados como trabalhadores, podemos responder um ressonante não. Como Robinson (1983) observou: “mesmo para aqueles não-familiarizados com as histórias dos Africanos escravizados, não deveria ser

⁷ Tradução livre. No original, lê-se: “the trauma of realization that one had neither the right nor the power to resist what must have seemed so often to be the arbitrary or cruel removal from those who really mattered, too, registered its own particular marks: ‘Angry, despondent, and overcome by grief, the slaves frequently never recovered from the shock of separation. Many became morose and indifferent to their work. Others went insane, talked to themselves, and had hallucinations about their loved ones. A few slaves developed suicidal tendencies’ [Blassingame].”

uma surpresa que esses povos Africanos tenham respondido à escravidão de diversas maneiras” (p.123).

De fato, como Dejours (2004) pontuou, há fatores subjetivos que entram em jogo frente ao encontro com o sofrimento do trabalho, não sendo possível afirmar relações de causa-efeito entre trabalho e psicopatologia. No entanto, não podemos afirmar a partir disso que não há relação alguma entre trabalho e adoecimento mental e devemos nos atentar para as implicações legais de nosso pressuposto teórico. No Brasil, ao examinarmos a legislação concernente às doenças relacionadas ao trabalho, podemos notar que, ao se basear em um modelo biomédico, a comprovação do trabalho como causa e da doença como efeito também é aplicada ao adoecimento mental. Embora eu não possa informar aqui qual o estado da arte da pesquisa em “transtornos mentais e comportamentais” na Psiquiatria, me parece que ainda não há consenso sobre as causas da maioria desses transtornos e se mantém a tese da multideterminação ou da interação de diversos fatores como causa.

Nesse sentido, reforço a ideia que há um complexo entrelaçamento de fatores - subjetivos, sociais, culturais, econômicos, políticos - não só na emergência das psicopatologias do trabalho como, sobretudo, em suas conceitualizações e nas proposições de tratamento dessas. A ideia de entrelaçamento vai na contramão do estabelecimento de uma hierarquia de fatores ou da identificação de relações de causa e efeito. Essa última tendência caracteriza a doença como um perigo. Esse perigo, na modernidade-colonialidade, é reconfigurado como um risco e, como todo risco nesse contexto, deve ser eliminado. Mary Douglas (1982), em *Risk and Blame*, ao apresentar a noção de risco como uma construção cultural, nos atentou para as “terminologias universalizantes, suas abstrações, seu poder de condensação, sua cientificidade, sua conexão com análises objetivas” usadas com propósitos forenses⁸. São ferramentas perfeitas para:

⁸ Sobre propósitos forenses no contexto de atenção à saúde, ver a proposição sobre (des)confiança de profissionais de saúde em pacientes apresentada em Sousa-Duarte, Brown & Mendes (2020).

“a tarefa de construir uma cultura que suporte a sociedade moderna industrial. Dos diferentes tipos de sistemas de culpabilização que podemos encontrar na sociedade tribal, esse no qual estamos agora está quase sempre pronto para colocar cada morte na conta de alguém, cada acidente como causado pela negligência criminal de alguém, cada doença é tratada com uma acusação. Culpa de quem? É a primeira questão. E então, qual ação?” (p.15)⁹

Ainda que as distintas abordagens de Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant e Dejours tenham transcendido a ideia de causalidade característica do higienismo que dominava a Medicina à época, a ênfase em defesas psíquicas inconscientes por parte de Dejours pode ter como consequências a negação da materialidade do trabalho, levando à busca pela adaptação dos sujeitos ao trabalho como solução de saúde. Por outro lado, a ênfase em materialidade para a qual tendeu Le Guillant pode promover a ideia de passividade dos trabalhadores frente às condições de trabalho e de que condições ideais - e universais - de trabalho podem ser soluções de saúde (Santos & Galery, 2011). Apesar das divergências, há um consenso entre os autores de que o controle sobre o trabalho está ligado ao adoecimento no trabalho.

Frantz Fanon (1959-1960/2020), que acompanhava os estudos de Le Guillant, também relacionou o controle e monitoramento característico dos tempos modernos com a emergência da noção moral de culpabilidade entre os trabalhadores e, conseqüentemente com “condutas patológicas” como “tensões nervosas; cóleras explosivas; sonhos desses operários/pesadelos”. Também observou que o controle reifica o vínculo, assim como o empregado, levando ao absentéismo, atitudes obsessivas e acidentes de trabalho. Sobre a “Neurose das telefonistas” (Le Guillant et al., 1956), Fanon observou¹⁰:

⁹ Tradução livre. Lê-se no original: “Above all, its forensic uses fit the tool to the task of building a culture that supports a modern industrial society. Of the different types of blaming system that we can find in tribal society, the one we are in now is almost ready to treat every death as chargeable to someone’s account, every accident as caused by someone’s criminal negligence, every sickness a threatened prosecution. Whose fault? is the first question. Then, what action?”

¹⁰ Ainda em suas observações sobre as psicopatologias do trabalho, Fanon discorreu sobre funcionários de grandes lojas e identificou novamente o controle, enfatizando a sensação de “se sentir espiado”. Uma leitura atenta de Fanon

“Nos serviços públicos, a telefonista não é monitorada e os distúrbios se devem apenas ao caráter mecanizado da profissão, e não ao painel de escuta ou aos supervisores. Nesse caso, temos um exemplo daquilo que se chama em psiquiatria de ‘síndrome de ação exterior’, que deforma e frequentemente leva ao suicídio.”

Esse mesmo controle moderno-industrial que unanimemente foi associado às psicopatologias do trabalho já se fazia presente nos modelos de administração do trabalho escravo. A partir do eixo da disciplina nesses modelos - no Brasil, também do paternalismo, o controle do trabalho já estava em questão no trabalho escravo. A reificação do vínculo e do trabalhador, nesse contexto, se dava a princípio como pressuposto da concepção do trabalhador escravizado como propriedade. Para além das outras condições absurdas da escravização, Marquese (2004) também aponta a crescente sobrecarga de trabalho à qual, como alternativa, alguns “simulariam” doenças. Considerando que o texto de Marquese se embasa na descrição das percepções dos senhores, a questão da simulação àquela época nos remete à presença da busca por legitimação da doença ainda hoje por instituições médicas e previdenciárias. Os senhores da escravidão, como vimos anteriormente, se preocupavam com qualquer coisa que pudesse afetar a produtividade em suas propriedades, sendo importante realizar o controle - não necessariamente o cuidado - das doenças.

Se nos ativermos ao objetivo forense dessa visão e a sua subjacente moralização, desconsideramos fatores inconscientes na formação patológica. Também desconsideramos o fato de que os trabalhadores escravizados, obviamente, realizavam trabalhos forçados, completamente alienados de suas terras, de suas famílias, de suas culturas. O suicídio, nesse contexto, poderíamos dizer aqui, já era um problema relacionado ao trabalho: “o suicídio cativo pode ser visto também, mas jamais

nos permite reconhecer na dimensão do Olhar algo de fundamental tanto para a produção das psicopatologias quanto para a sua cura. Elaboraões sobre suas ideias de alienação, controle, vergonha e culpa podem nos informar mais sobre as psicopatologias do trabalho se considerarmos esse conjunto de proposições como uma Psicanálise fanoniana. A respeito de novas elaborações sobre as contribuições da Psicanálise fanoniana, um texto deve ser publicado em 2021/2022 (Sousa-Duarte & Morais, em elaboração).

unicamente, como forma de protesto ou fuga da situação de cativo, sempre considerando a complexidade da experiência da escravidão e a capacidade humana de descobrir formas de viver em condições adversas” (Oliveira & Oda, p.386).

Aqui vemos, novamente, a relação passado-presente. Quantas vezes vimos ou ouvimos questionamentos na grande mídia sobre fraude previdenciária, sobre simulação de doenças? E quantas vezes presenciamos debates sobre as condições de trabalho às quais os trabalhadores brasileiros estão expostos? De toda forma, o que cabe aqui é compreender o que a psicopatologia do trabalho nos comunica sobre o trabalho, sobre os sujeitos e sobre a relação entre esses. Para compreender como se articula tal mensagem e superar noções moralizantes das relações entre trabalho e adoecimento é fundamental a noção de sociogenia - base estruturante da proposta teórica fanoniana que “aponta para a determinação reflexiva entre capitalismo, colonialismo e racismo (...) que [abrange] tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos da existência humana” (Faustino, 2018, p. 148). Ainda nas palavras de Faustino (2018):

“Fanon, psiquiatra preocupado com as dimensões sociais do sofrimento psíquico, comemora a ruptura representada pela psicanálise freudiana, mas advoga pela necessidade de ir além da dimensão psicoafetiva do desejo, compreendendo-a em seu contexto histórico e social concreto. Isto significa que, para ele, se nos ativermos ao tema central deste paper, os processos pelos quais o colonialismo se constitui, bem como as suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação.” (p. 151)

A partir do crítico diálogo com o Marxismo e a Psicanálise, ultrapassando dimensões psicoafetivas ou apenas econômicas, temos na Psicanálise fanoniana (Gordon & Parris, 2018; Sousa-Duarte & Morais, em elaboração) uma importante contribuição teórica para a compreensão das psicopatologias do trabalho, contribuição essa que supera as limitações das

acepções de Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant e Dejours, uma vez que Fanon coloca em questão não somente o capitalismo, mas também o colonialismo e a racialização. Assim, sua abordagem nos oferece novas perspectivas sobre velhos problemas no mundo do trabalho brasileiro.

Ainda hoje, no Brasil, o trabalho escravo e o trabalho assalariado coexistem e se mantêm em relação de duas formas: 1) pela existência do trabalho escravo como fato - com o número assombroso de 45 mil trabalhadores (em sua maioria) “mestiços” e negros resgatados do trabalho análogo à escravidão entre 2003 e 2018 no Brasil (Agência Brasil, 2020) - e 2) pela existência do trabalho escravo e do desemprego como *fantasmas*. Quando a pobreza “se torna parâmetro de toda a recompensa” (Cardoso, 2008) e a complexa identificação dos subalternos com seus “superiores” mina a associação horizontal - com os pares - no trabalho, o que temos é o apagamento e o silenciamento não só de si como também dos outros. A crítica se torna um crime. Como romper essa ordem do trabalho brasileiro? Quando Fanon se pergunta uma questão semelhante - “Existem meios de prevenir esses problemas?” - a resposta é simples: “seria preciso que os patrões e a coletividade comesçassem a se ocupar disso”. Mas como se ocupar desse problema na prática?

Em termos metodológicos, as contribuições de Fanon também podem nos informar sobre o tratamento das psicopatologias do trabalho uma vez que, o que tem predominado “em nome da ciência, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores” são “atos iatrogênicos e violências” (Brant & Minayo-Gomez, 2004, p. 213). O que podemos aprender com Fanon para promover práticas que sejam de fato de cuidado e não de controle, conforme nos apresentou Maldonado-Torres (2017), é a primazia da atitude sobre o método quando se trata da produção de conhecimento. Considerando a clínica não só como tratamento mas também como *locus* da produção de conhecimento sobre as psicopatologias do trabalho, a atitude decolonial deve se fazer presente na prática clínica. Essa atitude “parece ser um tipo de cura para a colonização epistêmica e ontológica no

mundo moderno/colonial”¹¹ (p.440). É essa atitude que nos permite ouvir na loucura “o clamor pela liberdade” (Noguera, 2020) e também um grito sobre aquele que é alienado e o que o aliena. Nesse sentido, a psicopatologia do trabalho é sempre uma psicopatologia crítica do trabalho que nos demanda uma abordagem igualmente crítica: uma Psicopatologia Crítica do Trabalho.

Concluindo...

“De nosso lado, arriscaremos uma conclusão que poderia ser qualificada de transitória à medida em que reconhece a natureza processual de seu objeto: a decolonização.”¹²

Matthieu Renault

Neste capítulo, iniciei questionando de qual “loucura do trabalho” a Psicopatologia do Trabalho tratava. Identifiquei uma abordagem geralmente acrítica e a-histórica das relações entre saúde/doença e trabalho no Brasil onde houve forte tendência ao uso da Psicodinâmica do Trabalho como referencial teórico para o estudo do tema. Tal tendência teve como maior foco de seus estudos as vivências de prazer e sofrimento no trabalho e pouca atenção foi dada ao adoecimento relacionado ao trabalho. No entanto, ao identificar a construção de uma narrativa histórica para a construção da tese de Christophe Dejours em seu ensaio sobre psicopatologia do trabalho, afirmei que tal tendência não poderia ser atribuída exclusivamente à construção teórica da Psicodinâmica do Trabalho pelo autor.

A partir da historicização - com o apoio de literatura histórica, política e sociológica - dos conceitos de modernidade, trabalho e trabalhadores, contextualizei os fenômenos do trabalho na modernidade-colonialidade, enfatizando a escravização dos povos autóctones - indígenas - e sobretudo

¹¹ Tradução livre. No original, lê-se: “The decolonial attitude, along with the actions that it promotes, appear then as a sort of cure to epistemic and ontological colonization in the modern/colonial world.”

¹² Tradução livre. No original, lê-se: “Nous nous risquerons de notre côté à une conclusion que l’on pourrait qualifier de transitoire, dans la mesure où elle accrédite la nature processuelle de son objet : la décolonisation.”

dos povos africanos não só como parte do capitalismo mas também como elemento fundamental para a produção e reprodução desse sistema econômico e social. Destaquei também as teorias ilustradas de administração do trabalho escravo e, como consequência desse movimento de historicização - onde a escravidão é reinterpretada como *trabalho* escravo e os escravos como *trabalhadores* escravizados - “reinaugurei” e resituei retrospectivamente a história da saúde do trabalhador: motivada pelo anseio dos senhores pelo aumento da produtividade, pelo menos desde o início do século XIX, na produção agropecuária brasileira, já havia um olhar atento para a saúde/doença dos trabalhadores escravos.

Ao reconsiderar a escravidão brasileira em seus diferentes momentos, considerando a história em longo prazo, propus a releitura das ideias sobre adoecimento dos trabalhadores e conseqüentemente sobre seu tratamento a partir das referências que suportaram as duas primeiras seções do capítulo. Reconhecendo os trabalhadores escravizados e seus adoecimentos - reais ou “simulados” - critiquei as abordagens modernas e biomédicas de caráter forense fixadas em atestar a existência e legitimidade de doenças. Com esse propósito, tais abordagens limitam, paradoxalmente, o estudo da ontologia das psicopatologias do trabalho: as psicopatologias do trabalho são críticas tanto em sentido individual quanto social e político. Elas sempre podem nos informar não somente sobre o trabalhador - suas características, sua história pessoal - como também sobre o trabalho - sua natureza, sua organização, sua gestão, sua história. Para isso, convoquei o princípio de sociogenia proposto por Fanon.

Para embasar minha proposta de Psicopatologia Crítica do Trabalho, aponte a Tradição Negra Radical - “Black Radical Tradition” - e a Psicanálise fanoniana como aportes teóricos para suportar uma atitude decolonial nas práticas clínicas. Mas, considerando a (des)colonização como um projeto em curso, devo enfatizar novamente, agora em minhas palavras, que uma conclusão para este capítulo seria no mínimo inapropriada. É necessário: continuar o movimento de historicização

reconhecendo as diferenças e semelhanças entre diferentes regiões do Brasil e do mundo, tensionando sempre as relações passado-presente em comparações substantivas; pensar estudos sobre a divisão racial do trabalho e sobre a racialização do trabalho; reconhecer as sobreposições das violências estruturais da gestão autoritária e paternalista do trabalho e do racismo no local de trabalho; compreender as relações entre passado escravista e modos de gestão atuais assim como entre a história dos trabalhadores escravizados e seus movimentos revolucionários; e sobretudo, estar atento às nossas utopias (Mitchell, 2015) para não colonizar as histórias e desejos daqueles que buscam conosco no espaço clínico significar suas dores do trabalho.

Respondendo à pergunta que abriu este capítulo: não, trabalho e adoecimento mental não tem sido caracterizados de formas semelhantes em regiões diferentes do mundo e tem sido conceitualizados de formas diferentes ao longo da história. Essas diferenças discursivas nos revelam sobretudo a quem são concedidos os direitos modernos - na concepção eurocêntrica de modernidade - de trabalhar, de adoecer e de ser cuidado. Cabe a nós - pesquisadores e clínicos - reconhecer que, nessa era de apagamentos e silenciamentos, a história é um privilégio. Vivemos em um país que foi construído sobre o extermínio dos povos indígenas e do trabalho de milhares de africanos escravizados, onde a árvore genealógica de muitos de nós se restringe a um pequeno ramo que insistiu em brotar na aridez de uma sociedade escravista¹³. Assim, olhar, escutar e fazer história com os trabalhadores do presente é, em si, uma atitude decolonial.

Referências

Agência Brasil. (2020). Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>

¹³ A respeito da ideia de continuidades e reconhecimentos: este capítulo não seria possível sem o apoio da família Araújo-Sousa, da família Lima-Duarte, de Ana Paula Morais, Bruna Jalles Lima, Tim Enthoven e Carmem Castellani, a quem gostaria de deixar aqui meus agradecimentos.

- Alves, N. C. R. (2015). A construção sociopolítica dos Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho. Tese de doutorado em Psicologia Social e do Trabalho Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Augé, M. (1984). *Ordre biologique, ordre social: la maladie forme élémentaire de l'événement*. In M. Augé & C. Herzlich (Eds.), *Le sens du mal. Anthropologie, histoire, sociologie de la maladie*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.
- Belmonte, A. A. (2020). Imprevisão, força maior, fato do príncipe e as normas excepcionais e temporárias para enfrentamento dos impactos da covid-19 nas relações de trabalho. In A. A. Belmonte, L. Martinez & N. Maranhão (Eds.), *Direito do Trabalho na crise da COVID-19* (p. 435-457). Salvador, Bahia, Brazil: Edições JusPODVIM.
- Blackburn, R. (2016). Por que segunda escravidão? In R. d. B. Marquese & R. Salles (Eds.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos* (1ª ed., pp. 13-54). Civilização Brasileira.
- Brant, L. C. & Minayo-Gomez, C. (2004). A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1), 213.
- Cardoso, A. (2008). Escravidão e sociabilidade capitalista. *Novos Estudos*, 80, 71-88.
- Chabrawi, A. M. R. O. (2018). *Psicodinâmica do Trabalho Presidiário: do reconhecimento à emancipação social*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm
- Dejours, C. (1980). *Travail, usure mentale. Essai de psychopathologie du travail* (1er ed.). Paris: Éditions du Centurion.
- Dejours, C. (1987). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (1ª ed.). São Paulo: Oboré.
- Dejours, C. (2004). Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. Szelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

- Douglas, M. (1992). *Risk and blame: Essays in cultural theory*. Londres: Routledge.
- Du Bois, W. E. B. (1998). *Black Reconstruction in America, 1860–1880*. New York: Free Press. (Trabalho original publicado em 1935)
- Eisenberg, P. L. (1983). Escravo e Proletário na História do Brasil. *Estudos Econômicos*, 13(1), 55-69.
- Fairman, C. J. S. (2012). Saúde do Trabalhador. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fanon, F. (2020). *Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos* (J. Khalifa & R. J. C. Young, Orgs.). São Paulo: Ubu Editora. (Texto originalmente publicado em 1959-1960)
- Faustino, D. M. (2018). Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, 20(42), 148-163.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Franco, R. P., Vieira, F. de O. & Rambaldi, M. (2020). Modelos: do glamour à escravidão contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 7(2), 364-397.
- Ghizoni, L. D. (2013). *Clínica Psicodinâmica da cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis da região Centro Norte de Palmas - TO (ASCAMPA)*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Giongo, C. R., Monteiro, J. K. & Sobrosa, G. M. R. (2015). Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 23(4), 803-814. DOI:10.9788/TP2015.4-01
- Gonzalez, L. (1979). A juventude negra e a questão do desemprego. Resumo apresentado na *Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Association*, Pittsburgh, Pennsylvania, Estados Unidos da América. Recuperado em <https://marxists.architexturez.net/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>

- Gordon, L. & Parris, L. T. (2018). Frantz Fanon's Psychology of Black Consciousness. In F. Suman & R. Moodley (Eds.), *Global Psychologies. Mental Health and the Global South* (pp. 215-228). Palgrave Macmillan.
- Jacques, M. G. (2007). O nexó causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 112-119.
- Lacaz, F. A. C. (2007). O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Le Guillant L., Roelens, R., Bégoín, J., Béquart, P., Hansen, M. & Lebreton, F. (1956). La névrose des telephonistes. *La Presse Medicale*, 64(13), 275.
- Le Guillant, L., Roelens, R., Bégoín, J., Béquart, P., Hansen, M. & Lebreton, F. (1984). A neurose das telefonistas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(47), 7-11.
- Lima, M. E. A. (1998). A Psicopatologia do trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 18(2), 10-15.
- Maciel, T. P. & Ghizoni, L. D. (2020). "Fui para casa muito cansada e com muita fome": narrativas de trabalhadoras domésticas sobre a escravidão contemporânea. *Cambiassu*, 15(25), 202-222.
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, 9, 61-72.
- Maldonado-Torres, N. (2011). Thinking through the decolonial turn: Post-continental interventions in theory, philosophy, and critique: An introduction. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(2), 1-15.
- Maldonado-Torres, N. (2017). Frantz Fanon and the decolonial turn in psychology: from modern/ colonial methods to the decolonial attitude. *South African Journal of Psychology* 2017, 47(4) 432-441.
- Marinho, M. O. & Vieira, F. d. O. (2019). A jornada exaustiva e a escravidão contemporânea. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(2), 351-361.
- Marquese, R. d. B. (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. Companhia das Letras.

- Marquese, R. d. B. (2013). As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, 169, 223-253.
- Marquese, R. d. B. (2020). Entrevista: Os tempos da escravidão no Brasil e no mundo. *Revista de História - USP*.
- Medida Provisória n.927 de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm
- Mendes, A. M. (2018). *Desejar, falar, trabalhar*. Porto Alegre: Editora FI.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Merlo, A. R. C. & Mendes, A. M. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156.
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press.
- Mitchell, S. T. (2015). American dreams and Brazilian racial democracy. The making of race and class in Brazil and the United States. *Focaal—Journal of Global and Historical Anthropology*, 73, 41-54.
- Nogueira, R. (2020). Apresentação. Fanon: uma filosofia para reexistir. In J. Khalfa & R; J. C. Young (Orgs.), *Frantz Fanon: Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos* (pp. 3-58). São Paulo: Ubu Editora.
- Oliveira, L. P. d., Silva, F. H. M. d. & Sticca, M. G. (2018). Revisão sistemática da produção acadêmica em Psicologia do Trabalho no Brasil. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 18(2), 354-363.

- Oliveira, S. V. d. & Oda, A. M. G. R. (2008). O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde - Magalhães*, 15(2), 371-388.
- Resende, H. (1987). Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In N. R. Costa & S. A. Tundis (Eds.), *Cidadania e loucura - políticas de saúde mental no Brasil* (pp. 15-73). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Robinson, C. J. (1983). *Black Marxism: the making of the Black Radical Tradition*. The University of North Carolina Press.
- Santos, A. P. L. d. & Galery, A. D. (2011). Controle sobre o trabalho e saúde mental: resgatando conceitos, pesquisas e possíveis relações. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 31-41.
- Santos, F. H. S.; Miranda, M. S. & Monti Junior, B. (2020). A importância do contrato de trabalho durante a pandemia do COVID-19. *Revista Interciência*, 1(4), 2-7.
- Santos, A. C. B. P.; Pereira, I. S. & Diniz, A. P. S. M. (2020). A relevância da intervenção sindical e da negociação coletiva em tempos de COVID-19: uma análise crítica das medidas provisórias 927 e 936/2020 sob a ótica dos julgamentos do STF. In F. P. A. Hirsch, *COVID-19 e o Direito na Bahia*. Salvador, Bahia, Brazil: Direito Levado à Sério.
- Silva, D. F. da, Loreto, M. das D. S. & Bifano, A. C. S. (2017). Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *Cadernos de Direito*, 17(32), 409-438.
- Sivadon, P. (1952). Psychopathologie du travail. *L'évolution psychiatrique*, 3, 441-474.
- Sousa, C. M. & Mendes, A. M. B. (2008). Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal - estudo exploratório. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 6(2), 13-42.
- Sousa-Duarte, F., Brown, P. R. & Mendes, A. M. B. (2020). Healthcare professionals' trust in patients: a review of the empirical and theoretical literatures. *Sociology Compass*, 14(10), 1-15.

- Sousa-Duarte, F., Silva, S., Martinez, M. J., & Mendes, A. M. B. (no prelo). Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho no Brasil: (in)definições e possibilidades. *Psicologia em estudo*.
- Sousa-Duarte, F. (2014). *Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho: Entre a clínica da cooperação e das patologias*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Sousa-Duarte, F. (2020). *Trabalhadores no divã: contribuições da Psicopatologia Clínica do Trabalho*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Sousa-Duarte, F. & Morais, A. P. (em elaboração). Uma psicanálise particularmente fanoniana?
- Spink, M. J. (2009). *Psicologia Social e Saúde: Práticas, saberes e sentidos*. Rio de Janeiro: Vozes
- Sturmer, G. & Fincato, D. (2020). Teletrabalho em tempos de calamidade por COVID-19: impacto das medidas trabalhistas de urgência. In A. A. Belmonte, L. Martinez & N. Maranhão (Eds.). *Direito do Trabalho na crise da COVID-19*. Salvador, Bahia, Brazil: Edições JusPODVIM.
- Tomich, D. (1992). Trabalho escravo e trabalho livre (Origens históricas do capital). *Revista USP*, 13, 100-117.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- Zylberstajn, H. (2020). *COVID-19: A Potência das Medidas Trabalhistas*. Informações FIPE, 475, 14-19. Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif475a.pdf#page=14>